

MEMÓRIAS DE UMA TRAGÉDIA URBANA EM CAMPOS DO JORDÃO/SP: AMOSTRA DE RELAÇÕES PERMEADAS PELA CONDIÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL

Memories of an urban tragedy in Campos do Jordão/SP: sample of relationships permeated by the condition of social vulnerability

Memorias de una tragedia urbana en Campos do Jordão/SP: muestra de relaciones interpersonales y sociales en condición de vulnerabilidad social

Renata Meneghini

UNIVAP/ Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento
meneghini2009@gmail.com

Valéria Zanetti

UNIVAP/ Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento
vzanetti@univap.br

Antonio Carlos Guimarães

UNIVAP/ Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento
ac.guimaraens@gmail.com

Resumo

Este artigo analisa um conjunto de memórias presentes entre moradores do município de Campos do Jordão, os quais perderam suas casas com os deslizamentos causados pelas tempestades de 2000. O estudo compreende as narrativas sobre a tragédia além das representações da cidade, por elas e pelos órgãos do governo; que desde a década de 1920 buscam representar a cidade como um espaço acolhedor e com grandes oportunidades de trabalho. Dessa forma, o estudo baseia-se nas memórias de 6 indivíduos, classificados em 2 grupos: um deles reúne as pessoas que retornaram ao antigo bairro, o outro compreende as pessoas que foram deslocadas para um projeto habitacional. Eles foram entrevistados e participaram de grupos focais, a fim de observar a variação dos sentimentos de pertencimento, individual e coletivo, além da percepção da ação da administração pública.

Palavras Chaves: Planejamento Urbano; Memórias; Campos do Jordão; Vulnerabilidade Social, Política de Habitação.

Abstract

This paper analyses a set of memories hold by dwellers of Campos do Jordão municipality who lost their homes with the landslides caused by the 2000 storms. The study comprises the narratives about the tragedy besides the representations of the town, by them and by the government agencies as well. The last ones seek, since the 1920 decade, represent the city, as a welcoming space and with large job opportunities. In such way, the study is based on the memories of 6 individuals, classified in 2 groups: One of them gathers the people the people that are back to the former neighborhood, another one comprises those who were displaced to a housing project. They were interviewed and participated of focal groups, to observe the variation of the individual and collective feelings of belonging, besides the perception of public administration behavior.

Key Words: Urban Planning; Memories; Campos do Jordão; Social vulnerability; housing policy.

Resumen:

El artículo analiza un conjunto de recuerdos de los habitantes del municipio de Campos Jordão que perdieron sus hogares con los deslizamientos causados por las tormentas del año 2000. El estudio consta de

las narrativas sobre la tragedia y de las representaciones de la ciudad, construídas por estos habitantes y por los organismos del gobierno. Estos últimos buscan, desde la década del 1920, representar a la ciudad como un espacio acogedor y con grandes oportunidades de trabajo. El estudio se basa en los recuerdos de 6 individuos, reunidos en 2 grupos distintos: uno de ellos comprende a las personas que retornaron al antiguo bairro y otro reúne aquellos que fueron desplazados para un proyecto de vivienda. Ambos grupos fueron entrevistados y participaron de grupos focales, para observar la variación de los sentimientos individuales y colectivos de pertenencia, además de la percepción del comportamiento de la administración pública.

Palabras clave: Urbanismo; Memorias; Campos do Jordão; Vulnerabilidad Social, Política de Vivienda.

Introdução

No início do século XX, Campos do Jordão teve sua imagem associada à condição de cidade acolhedora, com forte espírito assistencialista. Essa representação da cidade, quase como expressão do senso comum, foi construída por médicos e empreendedores interessados em fazer do clima da cidade um meio para a profilaxia da tuberculose.

Até então fora do circuito de interesses do estado de São Paulo, a atração de doentes pela climatoterapia – terapia baseada no clima -, sustentou não só projetos políticos, como uma gama de ideias de infraestrutura para viabilizar o desenvolvimento do município, como a construção de ferrovia para o transporte dos doentes e de equipamentos para a instalação dos hospitais.

Registros históricos mostram a rede de assistencialismo criada na cidade de Campos do Jordão para atender à população desacreditada que buscava o município como última alternativa para o tratamento da tuberculose. Fontes orais endossam o que os jornais da época propagavam: o acolhimento dos moradores que se sensibilizavam com o sofrimento dos tísicos, muitos deles bastante debilitados pela doença (ZANETTI, SANCHES E OLIVEIRA, 2017). De acordo com Pedro Paulo Filho (1986),

Cantada como a Suíça Brasileira pelo seu **clima inigualável**, e reverenciada como o **Altar da Solidariedade Humana** pela cura de milhares de brasileiros que, recuperados de doenças pulmonares, retornaram sadios aos seus lares, em todos os quadrantes do País, Campos do Jordão tornou-se a mais importante estância climática do Brasil (PAULO FILHO, 1986).

Apesar do discurso recorrente, sobretudo daqueles que sobreviveram à doença e permaneceram no município, o acolhimento foi questionado por alguns enfermos que, instrumentados pelo contra discurso, revelavam uma relação mais traumática com o espaço que sustentava a condição do clima como promessa da cura da tuberculose e o acolhimento como correspondentes às necessidades de expansão e progresso econômico (ZANETTI, SANCHES, OLIVEIRA, 2017).

Essa imagem da cidade foi reforçada quando a nova identidade, a de estância turística, se sobrepôs à sanatorial e requereu demandas de serviço e, conseqüentemente, força de trabalho, para acomodar o novo perfil do município. Os constantes deslocamentos de pessoas das regiões fronteiriças e de outras localidades do Brasil para o município, a partir de 1950 (Tabela 1), atraídas pelas oportunidades de trabalho, acabaram, com o novo reordenamento da cidade e a falta de planos urbanísticos para adequar as demandas, por endossar as estatísticas da exclusão social. Em 1988, 56% da população do município morava em favelas

(OLIVEIRA, 1997, p. 111, 178), ou seja, 18.881 pessoas, evidenciando, dessa forma, o processo de suburbanização (IDEM, p. 44).

Tabela 1:

Município	1950	1960	1970	1980	1981	1990	2000	2010
Campos do Jordão	13.040	18.592	18.706	26.107	26.835	34.239	44.252	47.088

ocupação Total de Campos do Jordão (1950-2010)

Fonte: MOREIRA et ali, 2004, p. 20.

A representação da cidade acolhedora será utilizada como mote para se tratar das memórias de pessoas que perderam suas casas, na Vila Santo Antônio, em Campos do Jordão, no ano de 2000, em decorrência de deslizamentos de terra causados por tempestades.¹

Assim como Campos do Jordão, vários outros municípios do Sudeste brasileiro haviam, no mesmo ano, sofrido desabamentos de suas encostas. Calcula-se que “cerca de 98.600 pessoas ficaram desabrigadas em São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, segundo os responsáveis pela Defesa Civil de cada Estado” (SILVA e CREDENDIO, 2000). Em Campos do Jordão, o número de desabrigados era estimado em torno de 3.000 pessoas (IDEM).

Em situação de vulnerabilidade, por conta da histórica forma de ocupação predatória, promovida pela segregação da pobreza e pela negação da cidadania, os ocupantes das áreas de risco de Campos do Jordão foram removidos e obrigados a abandonar suas casas, condenadas pela defesa civil.

Procura-se entender não só os encaminhamentos da administração pública para resolver a situação dos desabrigados da tragédia de 2000, como perscrutar as memórias que esses moradores construíram sobre a cidade e a tragédia e, sobretudo, analisar a existência ou não dos programas e projetos habitacionais de interesse social no município de Campos do Jordão.

Para tanto, além dos instrumentos urbanísticos como a política de zoneamento de uso e ocupação do solo do município, que destina áreas residenciais de interesse social para atender a demanda de habitação social, tem-se como suporte de análise as memórias de moradores da Vila Santo Antônio, que foram removidos de suas moradias, depois do acidente de 2000.

A pesquisa foi baseada em análise qualitativa, com o recurso de entrevistas individuais e coletivas, semiestruturadas, afim de levantar as famílias afetadas pelo desabamento do morro, ocorrido no bairro Santo Antônio, em 2000, bem como buscou-se a rede de relações dessas famílias como forma de apreender o olhar do planejamento urbano sobre as questões sociais e vice-versa².

¹Essa pesquisa é resultado da vivência de uma das autoras, que atuou como funcionária pública no episódio e acompanhou as famílias destinando as crianças às creches no município, antes, portanto, que as famílias fossem selecionadas para os apartamentos do CDHU.

²Esse estudo passou pela aprovação do Comitê de Ética da Universidade do Vale do Paraíba, inscrita com o Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE), com o número: 61084116.0.0000.5503.

cidade no que é atualmente, configurada por territórios divididos por classes sociais totalmente diferentes, impulsionada pelo setor imobiliário (VIANNA, ZANETTI e PAPALI, 2013). Sanatórios de ricos (figura 2) e de pobres (figura 3), pensionatos, pensões, repúblicas ou propriamente a rua, foram espaços que acolheram os diferentes segmentos que se dirigiam à Campos do Jordão, dando o tom da urbanização e da sua morfologia urbana.



Figura 2 - Sanatório São Paulo em Campos do Jordão, destinado àqueles que podiam pagar pelo internamento (década de 1920).

Fonte: BERTOLLI FILHO, 2000, p. 3.



Figura 3 - Sanatórios Populares que acolhiam os doentes pobres (década de 1920).

Fonte: BERTOLLI FILHO, 2000, p. 3.

A condição de estância climática permitiu, a partir de 1927, uma evolução no número de construções, que passou, de 416 prédios nessa data, para 930 em 1933 (SÃO PAULO, 1934), com criação de loteamentos a partir de 1929, executados por empresas particulares ou pessoas físicas. Abernécia, Jaguaribe e Capivari eram as principais vilas urbanas e estavam em formação as Vilas Isabel, Imbiri, Benigno, Fracalanza, Britânia, Ekman, Matilde, Natal, Umuarama, Sapucaí e Itatinga. Na zona rural destacavam-se os povoados de Areal, Campinho, Correntinos, Fojo, Itatinga, Paraizo, Russos, Água-santa, Barrado, Baú, Marmelos, Paiol Velho, Retiro, Tabatinga e Torto (SÃO PAULO, 1934).

Determina-se que a distância entre as construções deveria ser, no mínimo, de 10 metros, com o intuito de evitar aglomerações urbanas e garantir a insolação e higiene. O que demonstra a intencionalidade

de um crescimento urbano de baixo adensamento populacional. A população era de aproximadamente 5.200 habitantes, um terço deste total eram indivíduos tuberculosos (BERTOLLI FILHO, 2000).

De acordo com Bertolli Filho (IDEM), em 1931 havia, em funcionamento, nove sanatórios, 13 pensões oficializadas com regime sanatorial e um ambulatório. A prefeitura sanitária doava terrenos a todas as entidades que apresentassem projetos para a construção de casas de saúde. Com a promessa de cura pelos ares frios, mesmo os enfermos pobres eram atraídos para a cidade, o que proliferou as construções precárias e pensões clandestinas, gerando um estado sanitário caótico (BERTOLLI FILHO, 2000).

Destaca-se o início da ocupação pela população que compôs as construções irregulares nos locais poucos valorizados, como os morros. As preocupações urbanísticas levaram ao primeiro zoneamento sanatorial, em 1940, com o Decreto nº 11.781. Este decreto seccionou a cidade em duas zonas, sanatorial (Vila Abernêssia) e área turística (Vila Jaguaribe e Vila Capivari). Impedindo, dessa forma, a hospedagem de doentes em hotéis e oferecendo “segurança” aos hóspedes sadios (ABITANTE, 2016, p. 65, 66).

A distribuição gratuita de quimioterápicos em 1950 minou o sentido das estâncias climáticas. Alguns sanatórios fecharam suas portas e outros tiveram usos distintos, como asilos e hotéis. Paralelamente, instituiu-se o ciclo do turismo (BERTOLLI FILHO, 2000). De acordo com Abitante (2016, p.66),

ações de embelezamento da cidade, benfeitorias em vias de acesso internas e construções influenciadas pela arquitetura europeia, contribuíram para a criação de um atrativo e conforto turístico. A criação do D.M.Tur (Diretoria Municipal de Turismo), o I Congresso Nacional de Turismo que foi realizado na cidade em 1953 e campanhas para retirar o mito de cidade enferma, contribuíram para formar na cidade uma identidade turística. Na década de 1950, foi instituído o Centro de Planejamento de Campos do Jordão, entidade da sociedade civil, não partidária, que opinou em empreendimentos em diversas gestões municipais e a Comissão Técnica do Plano Diretor, resultando em 1959, no primeiro Plano Piloto do Plano Diretor. Este estabeleceu zoneamentos, locais de centro cívico e interesse de comunicação da cidade.

Estudos urbanísticos como o Código de Diretrizes do Sistema Viário, Código de Usos do Solo e Proteção da Paisagem, Código de Edificações (PM CJ, Lei nº 1097 de 1978) e Código do Parcelamento do Solo passaram a vigorar como instrumentos urbanos na década de 1970

Principal polo turístico da região, dados de 1992 revelam que 65% de população economicamente ativa do município estavam vinculados ao setor terciário (tabela 2).

Tabela 2: População Economicamente Ativa de Campos do Jordão em 1992

Município	PEA Primário (%)	PEA Secundário (%)	PEA Terciário (%)
Campos do Jordão	3,26	29,95	65,30
Região Administrativa	9,87	40,79	47,17

Fonte: MOREIRA et al, 2004.

Parte dessa população, expulsa para as periferias da cidade, construiu suas precárias habitações nas encostas dos morros, áreas desprivilegiadas pelo setor imobiliário, longe dos equipamentos de saúde e educação e, sobretudo, em áreas de um município com alto risco de desabamento de encostas. Em levantamento realizado em dezembro de 2000, Instituto de Pesquisa apontou Campos do Jordão como uma

cidade que possui mais áreas de risco de desabamentos na faixa entre alto e muito alto (ROSA FILHO, 2012).

O Relatório CETESB (1983) levantou cinco padrões básicos de habitações de Campos do Jordão, de acordo com a tipologia e a qualidade construtiva: Precário, Baixo, Médio Baixo, Médio Alto e Alto. Dois deles interessam a esta pesquisa:

1. precário: habitações construídas principalmente em e reaproveitamento de material usado, com técnicas simples e populares. As habitações deste padrão atendem ao habitante de mais baixa renda do município e estão presentes, sobretudo, nas áreas de invasão;
2. Baixo: habitações em madeira ou alvenaria, construídas com técnicas simples, possuindo, porém, melhor acabamento e estado de conservação que as primeiras. Embora ocorram também em áreas de invasão, são predominantemente nos loteamentos populares (CETESB, 1983, p. 19).

Em condição de vulnerabilidade, a população das encostas, com predisposição ou susceptibilidade física, econômica, política ou social, é diretamente prejudicada, sobretudo em decorrência de eventos desestabilizadores de origem natural ou antrópica (CARDONA, 2004, p.2).

Pesquisas revelam que, dos municípios da Região metropolitana que possuem acumulado mensal de chuvas na Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte, Campos do Jordão aparece em destaque, como demonstra a figura 7. É também nesse município da Região a maior ocorrência de deslizamentos ocorridos entre 1990 a 2016 (figura 8), com 43 casos, seguido de SJC com 31, Cunha com 14, Jacareí com 13 e Aparecida com 10 (BOSCO, 2017). Com relação à vulnerabilidade social, Campos do Jordão lidera os índices da região (Figura 9 e 10).

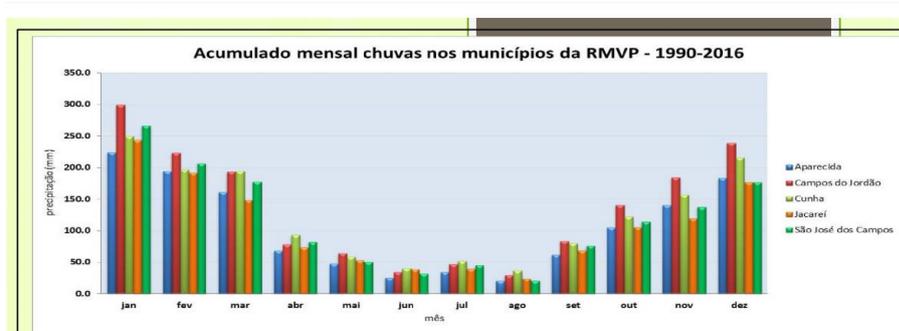


Figura 7: Acumulado mensal de chuvas nos municípios da RMVPLN, de 1990-2016.
Fonte: BOSCO, 2017.

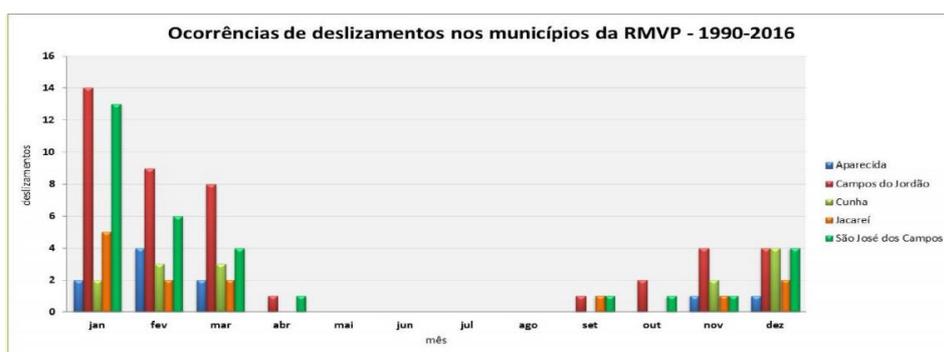


Figura 8: Ocorrências de deslizamentos nos municípios da RMVPLN, de 1990 a 2016.
Fonte: BOSCO, 2017.

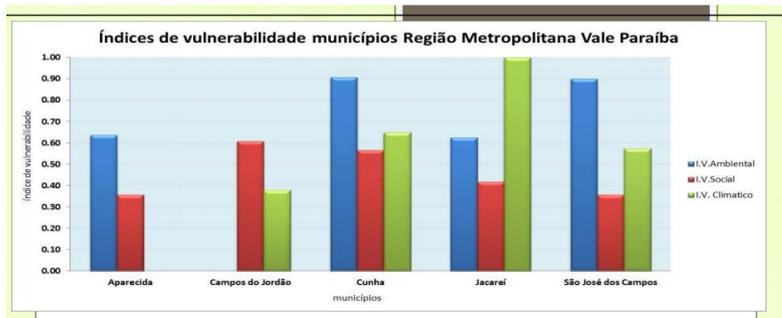


Figura 9: Índice de Vulnerabilidade dos municípios da RMVPLN.
Fonte: BOSCO, 2017.

Vulnerabilidade social

Vulnerabilidade Social - Município - Campos do Jordão - SP

	1991	2000	2010
Crianças e Jovens			
Mortalidade infantil	25,21	22,10	13,10
% de crianças de 0 a 5 anos fora da escola	-	77,11	44,00
% de crianças de 6 a 14 fora da escola	22,42	5,67	2,85
% de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e são vulneráveis, na população dessa faixa	-	9,49	8,06
% de mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos	2,13	2,93	2,55
Taxa de atividade - 10 a 14 anos	-	7,52	4,23
Família			
% de mães chefes de família sem fundamental e com filho menor, no total de mães chefes de família	13,01	16,16	27,52
% de vulneráveis e dependentes de idosos	0,92	0,53	1,18
% de crianças extremamente pobres	3,33	1,64	3,43
Trabalho e Renda			
% de vulneráveis à pobreza	37,59	25,42	20,91
% de pessoas de 18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal	-	43,20	29,87
Condição de Moradia			
% da população em domicílios com banheiro e água encanada	93,41	95,70	87,35

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

Figura 10: índice de Vulnerabilidade social em Campos do Jordão (1991 -2010).
Fonte: ATLAS BRASIL, 2013.

Artur Rosa Filho (2012), em estudo topofílico, mostrou que os constantes acidentes geológicos associados a deslizamentos no Brasil, configura-se sob domínio das favelas, que compreende áreas de segregação sócio espacial representativas da lógica da urbanização brasileira, sobretudo das cidades turísticas e/ou industriais. O atendimento da demanda gerada pelo turismo e o adensamento entre Jaguaribe e Capivari, tem contribuído para a desfiguração da paisagem tanto natural – pela obstrução e intervenções que causam – quanto urbana – pela violenta ação de sua escala e pelo preenchimento dos espaços vazios que separam as três vilas originais (ROSA FILHO, 2012).

O deslizamento do morro ocorrido em 2000, em Campos do Jordão, assim como acontece em vários municípios brasileiros, é evidência de que o processo de urbanização não acolheu, de forma digna, grande parte da população que mantém a dinâmica da cidade em suas mais variadas facetas: econômica, social, cultural e política. Após a tragédia de 2000, os que perderam suas casas viveram um ano morando de favor e de aluguel ou permaneceram um tempo acampados no albergue construído pelo poder público.

Certamente, a vulnerabilidade social e ambiental a que está submetida boa parte da população de Campos do Jordão deve ser encarada como um processo de desigualdade social que, para sua mitigação, exige programas e ações nas esferas política, econômica, cultural e ambiental. No entanto, como atribuir significado a essas práticas, se as fronteiras culturais das estâncias turísticas delimitam, pela lógica de mercado, os espaços que merecem investimentos em detrimentos de outros?

Memória da cidade “acolhedora”

Para Maurice Halbwachs, a memória que carregamos é um substrato das nossas relações nos espaços. Por intermédio da categoria “memória coletiva”, Halbwachs postula que o fenômeno de recordação e localização das lembranças só pode ser considerado se levar em consideração os contextos sociais. Nesse sentido, a memória deixa de ser um atributo da dimensão individual, uma vez que nenhuma lembrança pode coexistir isolada de um grupo social (1990).

A lembrança se estabelece associada a uma comunidade afetiva, cuja construção se dá mediante o convívio social que os indivíduos estabelecem com outras pessoas ou grupos sociais. Apesar de ser individual, a memória está baseada nas lembranças dos grupos nos quais os indivíduos estão inseridos. Nesse sentido, o indivíduo participa de dois tipos de memória, a individual e a coletiva.

Busca-se, nesse trabalho, a memória como fator de consolidação da identidade da população com o ambiente construído, sobretudo porque o ambiente material traz ao mesmo tempo a marca do indivíduo e a dos outros. De acordo com Halbwachs, “não há nenhuma paisagem urbana na qual essa ou aquela classe social não tenha deixado sua marca” (HALBWACHS, 1990, p.169). A memória individual, portanto, existe, mas está “enraizada em diferentes contextos que a simultaneidade ou a contingência aproxima por um instante (...) situada na encruzilhada das redes de solidariedades múltiplas. Por meio da história oral, se

traduz as memórias apreendidas e reprimidas, o passado longínquo pode se tornar promessa de futuro, desafio lançado à ordem estabelecida, pois é através do trabalho de reconstrução de si mesmo que o indivíduo passa a definir seu lugar social e suas relações com os outros (POLLAK, 1992, p. 13).

Uma depoente, vítima da tragédia, tentando reconstruir a si nessa mudança de contexto e no conjunto das novas relações, se emociona ao lembrar do episódio:

Quando fomos para o CDHU depois de um ano da tragédia, parecia que ninguém se conhecia, achava que não haveria combinação, cada um de um jeito, da sua maneira, mas depois de um tempo, alguns foram embora, outros firmaram raízes e as amigas foram acontecendo (E1, 2017).

Aquele espaço, assim como todo espaço, é o resultado das forças hegemônicas, das ausências, da precariedade, das relações de propriedade. O espaço da Vila Santo Antônio se formou pelo trabalho, nas entranhas do desenvolvimento do município. Parte antagônica da história da cidade de Campos do Jordão, os bairros populares da Suíça brasileira carregam as implicações e imbricações lógicas da história da produção social do espaço contemporâneo.

Como fica essa relação do indivíduo com o lugar uma vez que tudo que compunha o passado dos habitantes removidos das Vilas atingidas pela tragédia em 2010 ficou para trás, exceto as pessoas e suas memórias? Sabe-se que o passado “é uma dimensão permanente da mente humana, um componente inevitável das instituições, dos valores e de outros padrões da sociedade humana” (HOBSBAWN, 1998, p.22).

Sendo assim, qual seria a melhor maneira de conservar elementos e características de uma comunidade, no intuito de amenizar os impactos e confortar as pessoas num novo espaço num processo de remoção? Segundo Halbwachs “é preciso que estejamos ou que encontremos condições que permitam combinar melhor a ação para que a lembrança reapareça e seja reconhecida” (2003, p.52). Mas os conjuntos de homens que constituem um mesmo grupo em dois períodos sucessivos são como duas barras em contato por suas extremidades opostas, mas que não se juntam de outro modo, e não formam realmente um mesmo corpo (HALBWACHS, 1990, p. 81-82).

A memória do lugar “reassegura aos cidadãos a permanência de seus referenciais básicos, da continuidade de sua história, da constância de suas estórias, da vida de sua cultura” (CASTELLO, 2000, p. 6). “As lembranças fazem com que os lugares longínquos respondam à necessidade de um *continuum* significativo e interpretável do tempo”, que a experiência contemporânea fragmentou (IDEM, p. 19). (SARLO apud MARANHÃO FILHO, 2010).

A entrevistada E1 (2017), elucidou a relação entre aquele espaço fragmentado e as múltiplas redes que tentam combater a fragmentação e restabelecer, senão uma unidade racional, ao menos a “combinação”. Hobsbawm ajuda-nos a entender que é quando a comunidade entra em colapso que a identidade é inventada (Apud BAUMAN, 2003, p. 20). Sobre a identidade das comunidades Bauman (IDEM) ressalta:

A vulnerabilidade das identidades individuais e a precariedade da solitária construção da identidade levam os construtores da identidade a procurar cabides em que possam, em conjunto, pendurar seus medos e ansiedades individualmente experimentados e, depois disso, realizar os ritos de exorcismo em companhia de outros indivíduos também assustados e ansiosos.

As memórias específicas do grupo aqui tratado, vítima de processo de suburbanização e de desabamento de suas moradias em 2000, apesar de serem individuais, reconstroem um conjunto de lembranças compartilhadas pelo grupo, marcada pelo trauma que carregam do episódio passado, mas que também projeta, na memória, a sensação do *déjà vu*.

E2 relatou o trauma do evento e o descaso da prefeitura, reafirmando a teoria de que “a carência material é a face externa da exclusão política (DEMO, Apud MARICATO, 2003, p.153):

Eu penso que devíamos ter passado por psicólogo na época da tragédia, pois ficamos apavorados. A prefeitura devia ter ouvido a gente como você está nos ouvindo, se fizessem uma campanha os psicólogos ficariam sensibilizados com nosso caso. Minhas filhas estavam conversando na sala de aula e a professora pediu um desenho, uma das gêmeas fez desenho de uma casa em cima da árvore, então a professora questionou e ela disse que era para não cair (E2, 2017).

A indisponibilidade dos direitos sociais acaba por reunir as identidades comunitárias, subprodutos das fronteiras de origens culturais e políticas. Separados pelas fronteiras físicas e sociais, amparados pela própria sorte, E3 compartilha os sofrimentos de sua família e a busca por apoio espiritual quando as chuvas anunciavam eventuais tragédias:

Essas fotos (da tragédia de 2000, figura 11) retratam a história vivida por mim e minha família. O rio (Capivari) subiu e a casa ficou condenada. Ficamos em uma igreja de favor

durante um ano. Eu colocava várias Nossas Senhoras nos cantos da casa para que ela equilibrasse a mesma para não cair. Mesmo assim ficou condenada porque o rio subiu, desestruturando o barranco (E3, 2017).



Figura 11: Deslizamento de encostas no Bairro Britador, Campos do Jordão, em 2000.

Fonte: ROCHA, 2000.

O estado de permanente precariedade e insegurança, de incerteza sobre o futuro da sobrevivência e da opressiva sensação de “não segurar o presente” – ao mesmo tempo que gera uma incapacidade de fazer planos e segui-los, cria os arranjos correntes por parte daqueles que decidem o meio em que os afazeres da vida devem ser realizados, por meio da solidariedade. Estimulados por uma rede de relações já existente na cidade, os desabrigados procuraram apoio na própria comunidade. E4 relata sua iniciativa depois do desabamento: “Fiz uma horta ‘comunitária’ de dois terrenos de casas que desmoronaram, quem colabora recebe uma parte dos legumes e verduras para consumo ou venda” (E4).

Essas e outras ações semelhantes formavam, por assim dizer, o “fundamento epistemológico” da experiência de comunidade. Nesse sentido, ressalta Bauman (2003, p. 47- 48):

Seríamos tentados a dizer “de uma comunidade bem tecida”, se a expressão não fosse pleonástica — nenhum agregado de seres humanos é sentido como “comunidade” a menos que seja “bem tecido” de biografias compartilhadas ao longo de uma história duradoura e uma expectativa ainda mais longa de interação frequente e intensa. (...). As lealdades pessoais diminuem seu âmbito com o enfraquecimento sucessivo dos laços nacionais, regionais, comunitários, de vizinhança, de família e, finalmente, dos laços que nos ligam a uma imagem coerente de nós mesmos.

A reprodução da vulnerabilidade social promovida pela carência de moradia foi mencionada por E5 (2017): “A casa no morro das Andorinhas ficou interdita com deslizamentos, e enquanto estávamos na casa da minha cunhada, outra família invadiu”. E6 (2017), que tinha um comércio no local, apontou outras ameaças a que estavam sujeitos, provavelmente de *outsiders* em condições semelhantes de vulnerabilidade: “Na época da tragédia a mercearia e a casa ficaram embaixo de lama, mas continuei abrindo o comércio, com medo de saques, porque as pessoas precisavam”.

Ermínia Maricato (2003, p. 152) define a ameaça dos próprios vulneráveis como “produtivo excluído”, em que

a moradia tem sido predominantemente, nas metrópoles, obtida por meio de expedientes de subsistência. Trata-se de uma mercadoria que não é produzida via processo de trabalho marcado por relações capitalistas (...). A produção do ambiente construído e, em especial o

ambiente urbano, escancara a simbiose entre modernização e desenvolvimento do atraso. Padrões modernistas detalhados de construção e ocupação do solo, presentes nas leis de zoneamento, código de obras, leis de parcelamento do solo, entre outras, convivem com a gigantesca cidade ilegal onde a contravenção é regra.

Uma das lideranças empresariais do município, em entrevista a Pivott (2006), de certa forma, endossa o que diz Maricato:

Você não pode tirar aquele povo de lá. Aquele povo está lá há 30 anos, 40 anos, é uma instituição já. Existem famílias inteiras que já se reproduziram lá naquele meio (...). Na frente da minha casa, eu abro a janela e tem uma favela em minha frente; mas eu me lembro dessa favela quando eu era criança, quando ela começou. Claro que ela se proliferou por causa da sanha dos políticos que passaram por aqui, da permissividade desses políticos (Apud PIVOTT, 2006, p. 113).

Sabendo-se que o espaço urbano é carregado de contradições, no parcelamento, na propriedade e no uso do solo urbano, o discurso da administração pública, em publicação de Prestação de Contas de 2013 a 2015, ressalta a ausência histórica de políticas de habitação popular no município:

Campos de Jordão agora tem um Programa de Habitação, que lança diretrizes para o futuro, mapeando áreas de risco, estabelecendo pela primeira vez um “norte” para o setor. Antes, a Prefeitura não tinha nenhum projeto para a Habitação Social, nem para incentivar novos empreendimentos habitacionais. Enquanto no País foram construídas milhões de novas unidades, Campos do Jordão ficou à margem e não fez nenhum projeto, não se cadastrou, nem tinha o nome limpo para pleitear absolutamente nada. Também não estabeleceu parcerias para que a iniciativa privada começasse a construir. Hoje há um programa e parceria com o Casa Paulista para a construção de mais de 2 mil unidades. Mas é um projeto longo, que lança o alicerce para o futuro. A primeira etapa será a construção de 640 unidades no Santa Cruz. Nos últimos dois anos a Prefeitura travou uma batalha judicial para conseguir a regularização da área que agora chega ao fim. O programa já conta com a aprovação da Caixa e, de posse da escritura, as obras poderão ter início. Outros dois projetos do Minha Casa Minha Vida também foram lançados pela iniciativa privada colocando no mercado mais 158 unidades habitacionais, que favorecerão a quem tem renda R\$ 1.600 até R\$ 3.275, com subsídio do governo federal de R\$ 25 mil. (PM CJ, Prestação de contas, 2013-15, p. 9. **Grifo nosso**).

Para Maricato (2003, p.163),

o desenvolvimento urbano incluyente exige que se atue em dois eixos: urbanizar e legalizar a cidade informal conferindo-lhe melhor qualidade e o status de cidadania e produzir novas moradias para aqueles que, sem outras saídas e recursos técnicos ou financeiros, invadem terras para morar. Aparentemente, as ações governamentais começam a reconhecer o primeiro dos eixos descritos. A própria legislação recentemente aprovada abre mais caminho nesse sentido e menos no outro. A consolidação e melhoria da cidade ilegal e sem urbanização exige o contraponto da produção de novas moradias, do contrário estaremos consolidando a dinâmica da “máquina de produzir favelas” com as políticas públicas correndo sempre atrás do prejuízo.

A segregação sócio espacial da cidade de Campos do Jordão evidencia que os grupos sociais com maior influência política, econômica e ideológica determinaram, ao longo do tempo, a configuração morfológica atual, delineando, como referência, o eixo viário principal como articulador da ocupação urbana (ABITANTE, 2016, p.104).

Maricato (2000, p. 120) endossa que o urbanismo brasileiro, “entendido aqui como planejamento e regulação urbanística, não tem comprometimento com a realidade concreta, mas com uma ordem que diz respeito a uma parte da cidade, apenas”. Nesse sentido, as ideias estão fora do lugar; mas, segundo Maricato, também podemos dizer “que as ideias estão no lugar por isso mesmo: porque elas se aplicam a uma parcela da sociedade reafirmando e reproduzindo desigualdades e privilégios” (IDEM).

O espaço que não possibilita a transformação da cidade em mercadoria (de luxo), não recebe, do poder público, a mesma atenção. Para a cidade ilegal não há planos, nem ordem. Aliás ela não é conhecida em suas dimensões e características. Essa lógica contrasta os lugares fora das ideias que, por sua vez, constituem, no caso específico de Campos do Jordão, duas cidades: a incluída e a excluída dos interesses de mercado e dos planos urbanísticos.

A cidade como mercadoria, representada pela dinâmica do turismo e para esse fim, interpõe-se na memória dos moradores, apartados da cidade legal. Em depoimento concedido a Cleide Pivott em 2006, o Presidente da Associação Jordanense de Aposentados e Pensionistas reiterou a existência de barreiras simbólicas do apartheid social em Campos do Jordão, ao mencionar:

(...). Uma senhora chegou aqui e disse que gostaria de conhecer Capivari (centro turístico de Campos).

- Você é jordanense? (Perguntou a ela o Presidente da Associação Jordanense de Aposentados e pensionistas).

- “Eu sou, mas moro na Vila Santo Antônio, só que lá (na Vila) dizem pra gente que a gente não deve ir (ao Capivari) porque é lugar de rico”. - A Sra. tem o direito de ir e vir sem constrangimento (disse o Presidente da Associação dos Aposentados) (...).

- “Mas Capivari é muito ruim, lá as pessoas não gostam da gente” (Retruca a moradora da Vila Santo Antônio).

Segundo Halbwachs, “quando um grupo humano vive por muito tempo em um local adaptado a seus hábitos, não apenas seus movimentos, mas também seus pensamentos se regulam pela sucessão das imagens materiais que os objetos exteriores representam para eles” (1990, p. 163). Esses conjuntos de pessoas, que constituem dois grupos, são como duas barras em contato por suas extremidades opostas, mas que não se juntam, e não formam realmente um mesmo corpo (HALBWACHS, 1990, p. 81-82). O espaço gerado pelo processo produtivo, que uniu os homens, é o mesmo que, por esse mesmo processo, os separa.

Partindo da premissa do conceito de espaço, acreditamos que as relações sociais produzidas no espaço urbano não resultam apenas nas formas materiais e funcionais que sustentam o processo capitalista, mas que essas relações são marcadas pelos códigos culturais, originalizados na criação e no desenvolvimento do Município jordanense, em sua trajetória histórica e urbanística.

Em seu livro *Cidades Invisíveis*, Ítalo Calvino (1990) se apropria da narrativa de Marco Polo para descrever a paisagem de 55 cidades com nomes femininos que compunham o império Mongol. Bersabéia, uma das cidades invisíveis de Ítalo Calvino que se assemelha a um não lugar, é um substrato para se pensar a cidade de Campos do Jordão:

Em Bersabéia transmite-se a seguinte crença: que suspensa no céu exista uma outra Bersabéia, onde gravitam as virtudes e os sentimentos mais elevados da cidade, e que, se a

Bersabéia terrena tomar a celeste como modelo, elas se tornarão uma única cidade. A imagem que a tradição divulga é de uma cidade de ouro maciço, com tarraxas de prata e portas de diamante, uma cidade joia, repleta de entalhes e engastes, que supremas e laboriosas pesquisas, aplicadas a matérias de supremo valor, podem produzir. Fiéis a essa crença, os habitantes de Bersabéia cultuam tudo o que lhes evoca a cidade celeste (...).

Também creem, esses habitantes, que existe uma outra Bersabéia no subterrâneo, receptáculo de tudo o que lhes ocorre de desprezível e indigno, e eles zelam constantemente para eliminar da Bersabéia emersa qualquer ligação ou semelhança, com a gêmea do subsolo (...).

Nas crenças de Bersabéia, existe uma parte de verdadeiro e uma de falso. É verdade que duas projeções de si mesma acompanham a cidade, uma celeste e uma infernal; mas há um equívoco quanto aos seus conteúdos. O inferno incubado no mais profundo subsolo de Bersabéia é uma cidade desenhada pelos mais prestigiosos arquitetos, construída com os materiais mais caros do mercado (...).

Preocupada em acumular os seus quilates de perfeição, Bersabéia crê que seja virtude aquilo que a esta altura é uma melancólica obsessão de preencher os receptáculos vazios de si mesma; não sabe que os seus únicos momentos de abandono generosos são aqueles em que se desprende, deixa cair, se expande (...).

Situações descritas acima aferem espaços onde as contradições imperam. Há muitas cidades visíveis em Bersabéia, assim como há muitas cidades invisíveis em Campos do Jordão. A seu modo, as duas cidades coexistem, mas não conseguem estabelecer comunicação entre si. Os projetos urbanísticos de uma das cidades, não levam em consideração as necessidades básicas da que a alimenta; em correspondência, promovem os distanciamentos e as contradições.

Sobre essa questão, E7, uma das vítimas da tragédia de 2000, deixa a sua impressão sobre a cidade: "Não saio de dentro de casa. A gente se sente como estranho ali. Os turistas parecem ser mais do que a gente na cidade da gente" (Apud BASTOS, 2005).

O espaço urbano, corolário do desenvolvimento econômico sob base do capital, constitui condição, meio e produto do processo geral de produção e reprodução capitalista. Sob essas condições se materializam as contradições entre os grupos que estruturam o mundo do capital e do trabalho. A dinâmica de produção dá sentido ao espaço e às identidades dos grupos, construídas sob a racionalidade da lógica econômica.

A constituição dos espaços urbanos cria representações sobre eles, dependendo das formas pelas quais os agentes estruturadores e os ocupados com a manutenção dessas representações, pela via do trabalho criam significados e relações subjetivas sobre o espaço que ocupam.

Para a manutenção da ordem produtiva, a força de trabalho passa a ser, ao mesmo tempo, o bônus e o ônus dos empreendimentos urbanos. A máxima, a mão de obra deve estar no lugar e no tempo requisitado pelo capital, não leva em consideração em que condições ela se encontra. A precarização e exclusão desse segmento é resultante da forma como se processa a ocupação do solo e o destino que se dá aos investimentos, bem como denuncia a falta de políticas destinadas à programas de interesse social.

Considerações finais

As memórias de pessoas que vivem em condição de vulnerabilidade expressam a forma como, historicamente, têm sido tratadas as demandas sociais no país. Campos do Jordão, a "Suíça brasileira",

expõe a contradição entre seus “ares de montanha” e a forma excludente de ocupação do seu solo. Certamente, as memórias, substratos das relações no espaço são contingenciais, situadas nas condições pelas quais se define o lugar social, e se criam as representações sobre o espaço. As paisagens urbanas revelam morfologias que exibem as fronteiras imaginárias, determinadas pela forma excludente do uso do solo e por não se considerar a função da propriedade de interesse social.

A função social da propriedade, fruto da necessidade de superação dos problemas sociais, deixou de ser apenas um direito, devendo ser garantida pelos poderes instituídos. Cumprir a função social é um dos pontos centrais para a viabilidade de políticas públicas. Ou seja, a propriedade deve estar de acordo com os interesses da sociedade, e não apenas em benefícios privados. A função social está presente em diversos dispositivos da Constituição Federal, que também prevê instrumentos para que o poder público exija seu cumprimento.

Se os interesses da sociedade se refletem na ordenação da cidade, é no Plano Diretor e nos instrumentos urbanísticos do município que a propriedade urbana deve cumprir sua função social, cujo seu uso deve ser compatível com a infraestrutura, equipamentos e serviços públicos disponíveis, colaborando, dessa forma, para a segurança da população como um todo. Essa é, portanto, condição mínima para se efetivar o Direito à Cidade.

O que passa em Campo do Jordão se repete em outros municípios brasileiros, reforçando identidades urbanas criadas pelas histórias comuns de pessoas que trazem consigo os traumas e experiências vividas.

A vulnerabilidade social e ambiental, decorrente da exclusão e da falta de políticas públicas, sobretudo programas de habitação para atendimento da população de baixa renda, acentua a pauperização dos segmentos submetidos a relações de trabalho precárias. Simbolicamente, as contradições urbanas dão lugar à disputa entre a representação oficial, que forja uma imagem da cidade seguindo modelo europeu e as imagens urbanas e percepções criadas pelos segmentos subalternos que guardam suas experiências em espaço de exclusão.

Campos do Jordão e a imaginada cidade de Bersabéia são duas cidades distantes geográfica e historicamente, mas que comungam as mesmas virtudes e as mesmas fraquezas, cujo paradoxo entre o céu e a terra revela, dialeticamente, as cidades invisíveis nas cidades visíveis. Certamente, as experiências urbanas apresentam as escolhas, os sonhos e os pesadelos de se viver em cidade, criando uma rede de significantes plurais. Tudo isso nos leva a refletir sobre possíveis cenários nos quais o mundo do trabalho e das relações com a natureza estabeleçam um viver mais equitativo, em que a geografia seja um marco não da segregação, exclusão e distopia; mas da esperança, hoje utópica, de que ninguém seja mais do que a gente na cidade da gente.

Referências

ABITANTE, Juliana da Câmara. *Segregação Espacial e Acessibilidade: Uma Contribuição para o desenvolvimento sustentável em Campos do Jordão – SP*. Universidade Federal de Itajubá. Mestrado em Desenvolvimento Tecnologias e Sociedade, Itajubá, abril de 2016.

ATLAS BRASIL, 2013. PNUD, Ipea e FJP. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/2027. Acesso em 07/05/2018.

BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BASTOS, Rosa. O lado feio de Campos do Jordão. Campos do Jordão: *OESP, Metrópole*, 17/07/2005. <https://www.indios.org.br/pt/Not%C3%ADcias?id=37218>, Acesso em 09/05/2018.

BERTOLLI FILHO, Claudio. Antropologia da doença e do doente: percepções e estratégias de vida dos tuberculosos. *História, Ciências, Saúde* — Manguinhos, VI (3): 493-522, nov. 1999-fev. 2000.

BOSCO, Ricardo Brambila. Vulnerabilidade socioambiental e sua relação com eventos de deslizamentos ocasionados pelas chuvas extremas na região metropolitana do Vale do Paraíba. *CEMADEM*. I Workshop Brasileiro para Avaliação de Ameaças, Vulnerabilidades, Exposição e Redução de Risco de Desastres (BRAHVE). Junho de 2017. Disponível em http://www.cemaden.gov.br/wp-content/uploads/2017/08/2_ricardo_brambila_eixo1_oral.pdf. Acesso em 06 de maio de 2018.

CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARDONA, Cardona, O.D. The need for rethinking the concepts of vulnerability and risk from a holistic perspective: a necessary review and criticism for effective risk management. In: Bankoff, G.; Frerks, G.; Hilhorst, D. (Eds.). *Mapping vulnerability: disasters, development, and people*. London: Earthscan Publications, 2004. p. 37-51.

CASTELLO, Lineu. Revitalização de áreas centrais e a percepção dos elementos da memória. In *Encontro 2000 da Associação de Estudos Latino-americanos*. Miami, Março, 2000.

CETESB. Relatório. *Campos do Jordão – Área de Proteção Ambiental*. São Paulo. CETESB, 1983.

EMPLASA, RMVPLN, disponível em <https://www.emplasa.sp.gov.br/RMVPLN>. Acesso em 6 de maio de 2018.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. Tradução de Beatriz Sidou. 2ª ed. São Paulo: Ed. Centauro, 1990.

IBGE, Cidades. Governo Federal. 2015. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/campos-do-jordao/panorama>. Acesso em 05 de maio de 2018.

MARANHÃO FILHO, Eduardo Meinberg de Albuquerque. A memória como desafio para a história do tempo presente: notas sobre narrativas e traumas. *História Agora*. São Paulo, VI, n. 9, p. 10-31, 2010.

MARICATO, Ermínia. Metrópole, legislação e desigualdade. *Estud. av.* [online]. 2003, vol.17, n.48, pp.151-166. ISSN 0103-4014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142003000200013>. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v17n48/v17n48a13.pdf>. Acesso 11/05/18.

MARICATO, Ermínia. As Ideias Fora do Lugar e o Lugar Fora das Ideias. ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia (orgs). *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos; Planejamento urbano no Brasil*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

MOREIRA, Mário José et al. *Elementos Ambientais no Planejamento Territorial da Serra da Mantiqueira*. Universidade do Vale do Paraíba. Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento. Mestrado em Planejamento Urbano e Regional. São José dos Campos, 2004.

OLIVEIRA, José Oswaldo Soares. *Contribuição ao estudo das origens da ideologia do planejamento moderno no Brasil: Domingos Jaguaribe e as propostas dos núcleos coloniais: 1874-1900*. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo. 1997.

PAULO FILHO, Pedro. *História de Campos do Jordão*. Aparecida: Santuário, 1986.

PIVOTT, Cleide. *O turismo e a produção social do espaço urbano: estudo sobre Campos do Jordão*. São Paulo. Dissertação de Mestrado. Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento da Universidade do Vale do Paraíba. São José dos Campos, 2006.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Revista de Estudos Históricos*. v. 5, nº 10, 1992. Disponível em <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewArticle/1941>. Acesso em 08/06/2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DO JORDÃO (PMCJ). Prestação de contas, 2013-15, p. 9. In: http://campanhastg.tecnologia.ws/wp-content/themes/fred/pdf/revista_campos_jordao.pdf, acesso em 07/05/2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DO JORDÃO (PMCJ). Lei n. 1.097 de 1978. Campos do Jordão, 1978.

PRINCE, Ana Eneidi. *Campos do Jordão como centro de tratamento e cura da tuberculose*. Série: Tuberculose e História, v. 2. São José dos Campos: Cabral Universitária, 2017.

ROSA FILHO, Arthur. Os deslizamentos de encostas nas favelas em áreas de risco da “suíça brasileira”. *ACTA Geográfica*, Boa Vista, v.6, n.11, jan./abr. de 2012. pp.23-34.

SÃO PAULO. *Quereis saúde? Ide a Estância Climática de Campos do Jordão*. São Paulo. 1934. Disponível em: www.camposdojordaoocultura.com.br. Acesso em: 06 de fevereiro. 2014.

ROCHA, Edmundo. Acervo pessoal, 2000.

SILVA, José Benedito da; CREDENDIO, José Ernesto. Ano Novo, Drama Velho: Cidade serrana ainda corre risco de deslizamentos e mantém busca por 6 desaparecidos; Mortes em Campos do Jordão sobem para 8. São José dos Campos: *Folha de São Paulo: Vale*, Sexta-feira, 07 de Janeiro de 2000. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/vale/v10701200001.htm>. Acesso em 06 de maio de 2018.

VIANNA, Paula V. Carnevale; ZANETTI, Valéria; PAPALI, Maria Aparecida. Geografia, saúde e desenvolvimento urbano no interior paulista na passagem para o século XX: Domingos Jaguaribe e a construção da Estância Climática de Campos do Jordão. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702014000401341&lng=en&nrm=iso&tlang=pt. Acesso em 12 de maio de 2018.

ZANETTI, Valeria; SANCHES, Maiara; OLIVEIRA, Robson. Campos do Jordão: a memória como campo de disputa. In: RUA [online]. Nº 23. Volume 2, p. 351 – 371, Novembro / 2017. Laboratório de Estudos Urbanos do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade. <http://www.labeurb.unicamp.br/rua/>